

» Entrevista | **RODRIGO PACHECO** | CONTINUAÇÃO

# “Há esforço do Congresso em apoiar o ministro Haddad”

Ed Alves/CB/DA.Press

**Está sendo pensado em votar algo sobre isso, alguma proposta legislativa?**

Ainda não. O que estamos fazendo é um estudo sobre isso. Vi que o presidente Lira se manifestou. Estamos conversando nesse entendimento. Houve até uma manifestação do ministro Gilmar Mendes, dizendo exatamente isso.

**Como imagina esse filtro?**

Avaliando se é possível permanecer com esses autores como personagens legitimamente aptos a integrar no STF. É importante que um partido tenha legitimidade para isso, mas não pode ser um partido com pouco ou nenhuma representação parlamentar. É preciso uma cláusula de barreira.

**Outra questão foi a rejeição do defensor público-geral da União (Igor Roque) no plenário. A que atribui? O governo cochilou?**

Sempre vi rejeições aqui, como presidente. Claro que tem mais aprovações do que rejeições. Compreendo como natural tanto a aprovação quanto a rejeição. É o papel do Senado. Se não fosse esse seu papel, não precisava de sabatina e submissão aos senadores de indicações para agências reguladoras, Cade, ministros dos tribunais superiores, DPU. Confesso que não sei o que houve nesse caso. É sempre desagradável ver uma rejeição, contra meu voto inclusive. Votei a favor da sua indicação, a propósito.

**Sobre o futuro, quais são as prioridades do senhor? Pretende se dedicar a algum tema específico, agora que a Reforma Tributária foi aprovada?**

Vou me dedicar muito ao fim da reeleição em 2024. Para se ter mandato de cinco anos para o Executivo. Se atingir isso, terei o sentimento de dever cumprido. Preservando os que estão no mandato. Considero o fim da reeleição uma grande realização para o país. Acaba com o sentimento de que alguém entra no mandato sempre pensando na reeleição e deixa de tomar decisões corretas e devidas. Temos que acabar com esse estado permanente de eleição que o Brasil vive. Termina uma eleição e começa outra. E vai reduzir valores de fundos eleitoral e partidário e também o custo da Justiça Eleitoral. Quem sabe consigamos aprovar a coincidência dos mandatos executivos com a eleição a cada cinco anos. Seria o modelo ideal para o Brasil.

**Como tem visto a questão do déficit, da alteração da meta fiscal?**

Foi uma meta ousada (deficit zero), mas possível. E, sendo possível, temos que persegui-la. O que não podemos é arguir a derrota, assumir a derrota antes do jogo. É perfeitamente possível atingi-la. Há um esforço do Congresso em apoiar o ministro Haddad. Não é fácil ser ministro da Fazenda no Brasil. É muito difícil.

**Acredita que as medidas necessárias na área econômica, que interessam ao governo Lula, serão aprovadas?**

O que for de interesse dos brasileiros, sim. O que não for, não vai passar. Cada item será avaliado. O que for de natureza positiva, para crescer a economia, gerar emprego, não sacrificamos o contribuinte, com isso vamos contribuir. Tem várias pendências, como o projeto que regula os fundos exclusivos, as offshore, já aprovado na Câmara. Devo despachar para a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) a proposta de apostas esportivas, que tem urgência constitucional. Tem a legalização dos jogos, já aprovada na Câmara, a repatriação de ativos. Temos uma meta para fazer o Brasil crescer.



**Foi uma meta ousada (deficit zero), mas possível. E, sendo possível, temos que persegui-la. O que não podemos é arguir a derrota, assumir a derrota antes do jogo. É perfeitamente possível atingi-la”**

**“A Reforma Tributária guarda uma sistematização, um item complementa o outro. É uma engrenagem que não pode ser desmontada com a supressão de determinados itens”**

**Daqui a dois meses, o 8 de janeiro completará um ano. Que avaliação faz daquele episódio?**

A avaliação é de que conseguimos superá-lo e salvar a democracia. Vivemos momentos difíceis. O que se pretendeu ali foi mesmo dar um golpe, fazer uma ruptura democrática. Mas as instituições atuaram muito fortemente para impedir que isso ocorresse. Foi algo muito aviltante, humilhante, triste e repugnante o que ocorreu naquele 8 de janeiro no Brasil. Vi o estrago que foi feito no prédio do Senado e no da Câmara. Não é só algo material, mas imaterial também, que é a violação da democracia, que segue inabalada e forte.

**Como avalia a polarização no país?**

O Brasil não pode seguir dividido como está. É natural

termos a esquerda e a direita, mas as pessoas têm que se respeitar. É possível viver com a divergência, o que não pode é um agredir o outro, alguém ser dono da verdade. As relações de amizade, da família, do trabalho alteradas. Temos que buscar a paz em todos os sentidos.

**A respeito do futuro político do senhor, que, parece claro, está muito próximo do presidente Lula. E a esquerda não tem nomes fortes para disputar o governo de Minas em 2026.**

O único lugar no qual me vejo é num tribunal, mas como advogado, carreira à qual me dediquei. Minas é um estado continental, tem uma ampla classe política, com muita

gente disposta a entrar e disputar. Ainda faltam três anos. Tem muitos nomes para disputar todos os cargos, até numa chapa de candidatura a presidente. Minas não pode ficar de fora, e hoje estamos na presidência do Senado.

**Negar, hoje, é natural, mas o nome do senhor é citado para outras disputas.**

Não tenho como meta cargos. Tenho um compromisso com o presente. O futuro, a Deus pertence, e vamos fazer uma avaliação. Sobre o ponto de vista de alguém como eu, que entrou na política para ter apenas um mandato como deputado, fui até além do que programei. Estou muito realizado nessa minha participação na vida pública.

Waldemir Barreto/Agência Senado



**Considero o fim da reeleição uma grande realização para o país. Acaba com o sentimento de que alguém entra no mandato sempre pensando na reeleição e deixa de tomar decisões corretas e devidas”**

**“Não tenho como meta cargos. Tenho um compromisso com o presente. O futuro, a Deus pertence, e vamos fazer uma avaliação”**

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Entre o ódio e a vingança, o trauma do cerco e aniquilamento de Gaza

O *Adeus às Armas*, de Ernest Hemingway, publicado em 1929, é um romance quase autobiográfico, cujo protagonista é um americano que participa da Primeira Guerra Mundial como voluntário no exército italiano. É uma história de amor entre um soldado ferido na perna e uma enfermeira, que se conheceram no hospital. O relacionamento se consolidou e resultou num filho do casal, mas o soldado teve que voltar à guerra. Ao retornar, já estava exausto do conflito, como a maioria dos seus companheiros. O herói deserta. A guerra se estendia por tempo demais.

Esse tipo de situação fora comum no front da Primeira Guerra Mundial, entre soldados alemães e ingleses, que chegaram a se confraternizar no Natal e realizar animadas partidas de futebol. Com base no que ocorreu, o Estado-maior britânico desenvolveu o conceito de “sombra de futuro”: os soldados procuram ganhar tempo, em ataques e retaliações quase que combinadas, à espera de que os políticos e os generais assinem um armistício. Isso acontecia entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza, até 7 de outubro passado, quando a milícia palestina realizou um inédito ataque terrorista a Israel, que matou 1.400 pessoas, das quais 828 civis e 31 crianças. Mais de 240 pessoas foram feitas reféns.

A retaliação de Israel ao Hamas na Palestina é uma operação de cerco e aniquilamento na cidade de Gaza e seus arredores, com bombardeios implacáveis, às vezes, indiscriminados, que deslocaram mais de um milhão de palestinos do Norte para o Sul da região. Até o dia 6, segundo a BBC, somavam 25, 4 mil palestinos feridos e 10 mil mortos, sendo 2,55 mil mulheres, 596 idosos e 4,1 mil crianças. Estão desaparecidos 2,5 mil palestinos, sendo 1,3 mil crianças, provavelmente soterradas nos bombardeios. Na Cisjordânia, 114 palestinos já foram mortos em ações do Exército de Israel. Mais de 200 mil habitações foram destruídas, e há 1,5 milhão de deslocados, de uma população de 2,2 milhões da Faixa de Gaza.

A doutrina da guerra justa (*Bellum iustum ou jus ad bellum*) define em quais condições a guerra é uma ação moralmente aceitável. O conceito foi cunhado por Agostinho de Hipona (354-430), inspirado em Cícero, e também foi usado como justificativa para as Cruzadas. Além de Agostinho, Tomás de Aquino (1225-1274) e Hugo Grócio (1583-1645), em *O direito da guerra e da paz*, defenderam essa doutrina. A expressão guerra justa faz parte da cultura jurídico-política do Ocidente. Na Roma Antiga, Cícero ensinou que havia *bellum iustum* quando os romanos entravam em guerra contra uma nação estrangeira por eventuais danos sofridos ou temidos.

### O trauma da guerra

As Forças de Defesa de Israel (FDI), fundadas em 1948, estão entre os exércitos mais experientes em batalhas no mundo, tendo participado de seis grandes guerras. Suas responsabilidades são defender a soberania e a integridade territorial do Estado de Israel, deter todos os inimigos e coibir todas as formas de terrorismo que ameacem a vida diária. Em tese, suas tarefas são a consolidação de acordos de paz, como os celebrados com o Egito e a Jordânia; garantir a segurança na Cisjordânia em coordenação com a Autoridade Palestina; liderar a guerra contra o terrorismo, dentro e além de suas fronteiras; e manter a capacidade de dissuasão de ataques.

A estratégia militar de Israel é defensiva, mas suas táticas são ofensivas. Como não possui profundidade territorial, precisa tomar a iniciativa e, rapidamente, levar a batalha para o território do inimigo. Embora em menor número do que os exércitos vizinhos, as FDI possuem vantagem qualitativa, graças aos recursos e ao apoio estratégico que recebe dos Estados Unidos, e os sistemas de armas avançadas de que dispõe, entre os quais a bomba atômica, um segredo de polichinelo.

O efetivo regular do exército de Israel é pequeno, porém muito operacional. Sua força reside na capacidade de mobilizar homens e mulheres reservistas bem treinados, em todas as regiões do país. Todo o seu poderio está sendo demonstrado nessa operação de cerco e aniquilamento do Hamas, que já destruiu praticamente todo o norte da Faixa de Gaza. O conceito de guerra justa está sendo posto em xeque em razão dos sofrimentos impostos aos palestinos, sobretudo idosos, mulheres e crianças, além de destruição de seus lares, hospitais e escolas. A ONU afirma que 88 funcionários da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) já foram mortos, com 18 trabalhadores da defesa civil. Até 5 de novembro, também morreram 46 jornalistas nos ataques de Israel.

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, anunciou a ocupação da Faixa de Gaza pelo exército de Israel “por tempo indeterminado”. Entre o ódio e a vingança, há uma guerra de narrativas sobre o que acontece em Gaza. Os refugiados palestinos têm seu lugar de fala, assim como os soldados de Israel, que agora caminham sobre escombros e entre milhares de cadáveres. Nos Estados Unidos, o chamado transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) atingiu 800 mil veteranos do Vietnã, 175.000 combatentes da Guerra do Golfo e outros 300 mil retornados do Iraque e do Afeganistão. O trauma da guerra, como na obra de Hemingway, sempre atinge os soldados.